

ROGER SCRUTON

**TOLOS, FRAUDES
E MILITANTES**
PENSADORES DA NOVA ESQVERDA

Tradução de
ALESSANDRA BONRRUQUER

1ª edição



EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2018

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Scruton, Roger
S441t Tolos, fraudes e militantes: pensadores da Nova Esquerda / Roger Scruton; tradução de Alessandra Bonrruquer. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2018.

Tradução de: Fools, frauds and firebrands
Inclui índice
ISBN 978-85-01-11302-3

1. Ciência política – Filosofia. I. Bonrruquer, Alessandra. II. Título.

17-45919 CDD: 320.01
CDU: 320.01

Copyright © Roger Scruton, 2015

Título original em inglês: Fools, frauds and firebrands

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa para o Brasil adquiridos pela EDITORA RECORD LTDA.

Rua Argentina, 171 – 20921-380 – Rio de Janeiro, RJ – Tel.: (21) 2585-2000, que se reserva a propriedade literária desta tradução.

Impresso no Brasil

ISBN 978-85-01-11302-3

Seja um leitor preferencial Record.
Cadastre-se em www.record.com.br
e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:
mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002.



Sumário

Introdução	7
1. O que é a esquerda?	11
2. Ressentimento na Grã-Bretanha: Hobsbawm e Thompson	33
3. Desdém nos Estados Unidos: Galbraith e Dworkin	61
4. Libertação na França: Sartre e Foucault	103
5. Tédio na Alemanha: declínio até Habermas	163
6. Nonsense em Paris: Althusser, Lacan e Deleuze	221
7. Guerras culturais no mundo todo: a Nova Esquerda de Gramsci a Said	269
8. O Kraken acorda: Badiou e Žižek	325
9. O que é a direita?	371
Índice onomástico	393
Índice por assunto	401

Introdução

Em um livro anterior, lançado em 1985 e intitulado *Pensadores da Nova Esquerda*, reuni uma série de artigos publicados na *The Salisbury Review*. Editei os artigos originais, cortando escritores como R. D. Laing e Rudolf Bahro, que nada têm a nos dizer atualmente, e incluí substancial material novo, dedicado a eventos cada vez mais influentes — por exemplo, a chocante “máquina de nonsense” inventada por Lacan, Deleuze e Guattari, o ataque escorchante a nossa herança “colonial” feito por Edward Said e o recente renascimento da “hipótese comunista” pelas mãos de Badiou e Žižek.

Meu livro anterior foi publicado no auge do reinado de terror de Margaret Thatcher, quando eu ainda dava aulas em uma universidade e era conhecido entre os intelectuais ingleses de esquerda como proeminente oponente de sua causa, que era a causa das pessoas decentes do mundo todo. Assim, o livro foi recebido com escárnio e ultraje, com os críticos tropeçando uns nos outros pela chance de cuspir no cadáver. Sua publicação foi o início do fim de minha carreira universitária, pois suscitou sérias dúvidas tanto sobre minha competência intelectual quanto sobre meu caráter moral. Essa súbita perda de status levou ao ataque de todos os meus textos, falassem eles ou não de política.

Um filósofo acadêmico escreveu à Longman, a editora original, dizendo: “É com consternação que relato que muitos colegas aqui

[i.e., em Oxford] sentem que a marca Longman — uma marca respeitada — foi conspurcada pela associação com a obra de Scruton.” Ele continuou de maneira ameaçadora, expressando a esperança de que “as reações negativas geradas por essa publicação particular façam com que, no futuro, a Longman pense mais cuidadosamente sobre sua política”. Um autor de best-sellers educacionais ameaçou levar suas obras para outra editora se o livro permanecesse nas prateleiras e, rapidamente, os exemplares restantes de *Pensadores da Nova Esquerda* foram retirados das livrarias e transferidos para meu galpão.

Naturalmente, relutei em retornar à cena de tal desastre. Gradualmente, contudo, após os eventos de 1989, certa hesitação passou a entrar na visão da esquerda. Hoje é comum aceitar que nem tudo dito, pensado ou feito em nome do socialismo foi intelectualmente respeitável ou moralmente correto. Talvez eu estivesse mais alerta que o normal para essa possibilidade em função de meu envolvimento, enquanto escrevia, com as redes clandestinas na Europa comunista. Esse envolvimento me deixara face a face com a destruição e ficou óbvio para a maioria das pessoas que se deram ao trabalho de também se expor a ela que os modos esquerdistas de pensar eram sua principal causa. *Pensadores da Nova Esquerda* surgiu em edições *samizdat* na Polônia e na Tchecoslováquia e foi subsequentemente traduzido para chinês, coreano e português. Aos poucos, especialmente após 1989, tornou-se mais fácil expor minha opinião e me deixei persuadir por meu editor, Robin Baird-Smith, de que um novo livro poderia fornecer algum alívio aos estudantes compelidos a mastigar a glutinosa prosa de Deleuze, a tratar com seriedade os loucos sortilégios de Žižek ou a acreditar que há mais na teoria da ação comunicativa de Habermas que sua inabilidade em comunicá-la.

O leitor entenderá, pelos parágrafos anteriores, que este não é um livro de palavras moderadas. Eu o descreveria antes como provocação. Todavia, envido todos os esforços para explicar o que é bom

nos autores que reviso, e não só o que é ruim. Minha esperança é que o resultado possa ser lido com proveito por pessoas de todas as vertentes políticas.

Ao preparar o livro para publicação, fui imensamente auxiliado pelos comentários e críticas de Mark Dooley, Sebastian Gardner, Robert Grant e Wilfrid Hodges, todos inocentes dos crimes cometidos nestas páginas.

Scrutopia, janeiro de 2015.

1.

O que é a esquerda?

O uso moderno do termo “esquerda” deriva dos Estados Gerais de 1789, na França, quando a nobreza se sentou à direita do rei, e o “terceiro Estado”, à esquerda. Poderia ter sido o contrário. De fato, *foi* o contrário para todos, com exceção do rei. Contudo, os termos “esquerda” e “direita” permaneceram conosco e agora são aplicados a facções e opiniões no interior de cada ordem política. O retrato resultante, de opiniões políticas espalhadas em uma única dimensão, pode ser compreendido em sua integridade apenas no âmbito local e em condições de governo contestado e antagônico. Além disso, mesmo quando captura os contornos de um processo político, o retrato dificilmente pode fazer justiça às teorias que influenciam esse processo e formam o clima da opinião política. Por que, então, usar a palavra “esquerda” para descrever os autores considerados neste livro? Por que usar um único termo para englobar anarquistas como Foucault, marxistas dogmáticos como Althusser, niilistas exuberantes como Žižek e liberais ao estilo americano como Dworkin e Rorty?

A razão é dupla: primeiro, os pensadores que discuto se identificaram usando exatamente esse termo. Segundo, ilustram uma persistente percepção do mundo que tem sido característica permanente

da civilização ocidental ao menos desde o Iluminismo, nutrida pelas elaboradas teorias sociais e políticas que discutirei aqui. Muitos dos autores que analiso foram associados à Nova Esquerda, que chegou à proeminência nos anos 1960 e 1970. Outros fazem parte do amplo campo do pensamento político do pós-guerra, de acordo com o qual o Estado está ou deveria estar encarregado da sociedade, com o poder de distribuir seus ativos.

Pensadores da Nova Esquerda foi publicado antes do fim da União Soviética, da emergência da União Europeia como poder imperial e da transformação da China em agressivo expoente do capitalismo de submundo. Os pensadores de esquerda naturalmente tiveram de acomodar esses eventos. O colapso do comunismo na Europa Oriental e a debilidade das economias socialistas em toda parte deram breve credibilidade às políticas econômicas da “nova direita”, e até mesmo o Partido Trabalhista inglês conseguiu ganhar popularidade, eliminando a Cláusula IV (compromisso com a propriedade estatal) de sua constituição e aceitando que a indústria já não é responsabilidade direta do governo.

Durante algum tempo, pareceu que poderia haver um pedido de desculpas no horizonte, vindo daqueles que haviam devotado seus esforços intelectuais e políticos ao embelezamento da União Soviética ou ao louvor das “repúblicas do povo” da China e do Vietnã. Mas o momento de dúvida durou pouco. Uma década depois, o establishment de esquerda estava de volta ao banco do motorista, com Noam Chomsky e Howard Zinn renovando suas destemperadas denúncias contra os Estados Unidos; a esquerda europeia reagrupada contra o “neoliberalismo”, como se ele sempre tivesse sido o problema; Dworkin e Habermas coletando prestigiados prêmios por livros quase ilegíveis, mas impecavelmente ortodoxos; e o comunista veterano Eric Hobsbawm sendo recompensado por uma vida de inabalável lealdade à União Soviética com a nomeação para “Companheiro de Honra” da rainha.

É verdade que o inimigo já não era descrito como antes: o molde marxista não se encaixava facilmente às novas condições e parecia tolo defender a causa da classe operária quando seus últimos membros estavam se unindo às fileiras de desempregados ou autônomos. Mas então veio a crise financeira, com pessoas de todo o mundo sendo lançadas na pobreza relativa enquanto os aparentes culpados — banqueiros, financistas e especuladores — escapavam com suas bonificações intactas. Como resultado, livros criticando a economia de mercado começaram a gozar de nova popularidade, quer nos lembrando que os bens reais não são cambiáveis (*O que o dinheiro não compra*, de Michael Sandel), quer argumentando que o mercado, nas condições atuais, causa maciça transferência de riqueza dos mais pobres para os mais ricos (*O preço da desigualdade*, de Joseph Stiglitz, e *O capital no século XXI*, de Thomas Piketty). E, do sempre fértil solo do humanismo marxista, os pensadores extraíram novos argumentos para descrever a degradação moral e espiritual da humanidade em condições de livre troca (*A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*, de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy; *Sem logo*, de Naomi Klein; e *I Spend, Therefore I Am*, de Philip Roscoe).

Os pensadores e escritores de esquerda logo retomaram o equilíbrio, assegurando ao mundo que jamais haviam se deixado enganar pela propaganda comunista e renovando seus ataques à civilização ocidental e sua economia “neoliberal” como principal ameaça à humanidade em um mundo globalizado. Atualmente, “direita” é um termo tão ofensivo quanto era antes da queda do Muro de Berlim, e as atitudes descritas neste livro se adaptaram às novas condições com muito pouca moderação de seu zelo oposicionista. Esse curioso fato é um dos muitos quebra-cabeças que considero nas páginas que se seguem.

A posição da esquerda já estava definida quando a distinção entre esquerda e direita foi inventada. Os esquerdistas acreditam, como os jacobinos da Revolução Francesa, que os bens deste

mundo são injustamente distribuídos e que a culpa não é da natureza humana, mas sim de usurpações praticadas por uma classe dominante. Eles se definem em oposição ao poder estabelecido, defensores de uma nova ordem que retificará o antigo agravo dos oprimidos.

Dois atributos da nova ordem justificam sua busca: libertação e “justiça social”. Elas correspondem aproximadamente — mas apenas aproximadamente — à liberdade e à igualdade defendidas durante a Revolução Francesa. A libertação advogada pelos atuais movimentos de esquerda não significa simples liberdade em relação à opressão política da direita para que cada um siga sua vida em paz. Ela significa emancipação das “estruturas”: instituições, costumes e convenções que moldaram a ordem “burguesa” e estabeleceram um sistema partilhado de normas e valores no coração da sociedade ocidental. Mesmo os esquerdistas que rejeitam o libertarismo dos anos 1960 veem a liberdade como forma de *soltura* das amarras sociais. Grande parte de sua literatura é devotada a desconstruir instituições, como família, escola, lei e Estado-nação, por meio das quais a herança da civilização ocidental chegou até nós. Essa literatura, vista no auge de sua fertilidade nos textos de Foucault, apresenta como “estruturas de dominação” o que outros veem meramente como instrumentos da ordem civil.

A libertação das vítimas é uma causa sem descanso, dado que novas vítimas sempre surgem no horizonte assim que as últimas escapam para o vazio. A libertação das mulheres da opressão masculina, dos animais do abuso humano, dos homossexuais e transexuais da “homofobia” e mesmo dos muçulmanos da “islamofobia” foi absorvida nas mais recentes agendas da esquerda, a fim de ser preservada em leis e comitês supervisionados por uma oficialidade censora. Gradualmente, as velhas normas da ordem social foram marginalizadas ou mesmo penalizadas como violações dos “direitos humanos”. De fato, a causa da “libertação” viu a proliferação de

mais leis do que jamais foram inventadas para suprimi-la — apenas pense no que agora se ordena em nome da “não discriminação”.

Do mesmo modo, o objetivo da “justiça social” já não é a igualdade perante a lei ou iguais reivindicações aos direitos da cidadania, como defendidas durante o Iluminismo. O objetivo é um rearranjo compreensivo da sociedade, a fim de que privilégios, hierarquias e mesmo a desigual distribuição de bens sejam superados ou desafiados. O mais radical igualitarismo dos marxistas e anarquistas do século XIX, que buscava a abolição da propriedade privada, talvez já não tenha apelo tão amplo. Mas, por trás do objetivo de “justiça social”, marcha outra e mais obstinada mentalidade igualitária, que acredita que a desigualdade em qualquer esfera — propriedade, lazer, privilégio legal, posição social, oportunidades educacionais ou qualquer outra coisa que possamos desejar para nós mesmos ou nossos filhos — é injusta até que se prove o contrário. Em cada esfera na qual a posição social dos indivíduos possa ser comparada, a igualdade é a posição padrão.

Construída na prosa amena de John Rawls, essa suposição pode passar despercebida. Nos mais agitados pedidos de Dworkin por “respeito como igual”, em oposição a “igual respeito”, pode fazer com que as pessoas se perguntem para onde o argumento está se dirigindo. Mas o ponto mais importante a se notar é que esse argumento não permite *que nada fique em seu caminho*. Nenhum costume, lei ou hierarquia, nenhuma tradição, distinção, regra ou devoção pode superar a igualdade se não puder fornecer credenciais independentes. Tudo que não se conforma ao objetivo igualitário deve ser destruído e reconstruído, e o mero fato de que algum costume ou instituição foi repassado e aceito não é um argumento a seu favor. Desse modo, a “justiça social” se torna uma demanda mal disfarçada pela “limpeza total” da história que os revolucionários sempre tentaram.

Esses dois objetivos, libertação e justiça social, obviamente não são compatíveis, não mais que a liberdade e a igualdade defendidas

pela Revolução Francesa. Se a libertação envolve liberar o potencial do indivíduo, como impedir que os ambiciosos, determinados, inteligentes, bonitos e fortes saiam na frente, e o que devemos nos permitir como meios para reprimi-los? É melhor não confrontar essa questão impossível. É melhor convocar os velhos ressentimentos que examinar o que virá depois de sua expressão. Ao declarar guerra às hierarquias e instituições tradicionais em nome de seus dois ideais, portanto, a esquerda é capaz de obscurecer o conflito entre eles. Além disso, a “justiça social” é um objetivo tão inacreditavelmente importante, tão inquestionavelmente superior aos interesses estabelecidos que se posicionam contra ele, que purifica cada ação executada em seu nome.

É importante tomar nota desse potencial purificador. Muitas pessoas na esquerda são céticas em relação aos impulsos utópicos; ao mesmo tempo, tendo se aliado sob uma bandeira moralizadora, inevitavelmente se veem arrebatadas, inspiradas e por fim governadas pelos membros mais fervorosos de sua seita. Pois a política de esquerda é uma política com *propósito*: seu lugar no interior da aliança é julgado por quão longe você está disposto a ir em nome da “justiça social”, como quer que seja definida. O conservadorismo — ao menos, o conservadorismo na tradição inglesa — é uma política de costumes, compromissos e perene indecisão. Para o conservador, a associação política deve ser vista do mesmo modo que uma amizade: não possui propósito dominante, mudando dia após dia, de acordo com a lógica imprevisível das conversas. Desse modo, os extremistas no interior da aliança conservadora são isolados, considerados excêntricos e mesmo perigosos. Longe de serem parceiros mais profundamente comprometidos em uma empreitada comum, são separados, por sua própria determinação, daqueles que buscam liderar.¹

¹ Esse argumento é longamente discutido em meu livro *Como ser um conservador* (Rio de Janeiro: Record, 2015). Ver também o capítulo 10.

Marx rejeitava as várias correntes socialistas de sua época como “utópicas”, contrastando o “socialismo utópico” com seu próprio “socialismo científico”, que prometia o “comunismo integral” como resultado previsível. A “inevitabilidade histórica” dessa condição livrava Marx da necessidade de descrevê-la. A “ciência” consiste nas “leis de movimento histórico” estabelecidas em *O capital* e outros textos, de acordo com as quais o desenvolvimento econômico causa mudanças sucessivas na infraestrutura da sociedade, permitindo-nos prever que, um dia, a propriedade privada desaparecerá. Depois de um período de tutela socialista — a “ditadura do proletariado” —, o Estado “definhará”, não haverá leis nem necessidade delas e tudo será propriedade comum. Não haverá divisão do trabalho e cada pessoa viverá da ampla variedade de suas necessidades e desejos, “caçando pela manhã, pescando à tarde, cuidando do gado à noite e se engajando em crítica literária após o jantar”, como nos é dito em *A ideologia alemã*.

Chamar isso de “científico” e não utópico é, em retrospecto, pouco mais que uma piada. A observação de Marx sobre caçar, pescar, cuidar do gado por hobby e fazer crítica literária é a única tentativa que ele faz de descrever como será a vida sem propriedade privada — e, se você perguntar quem fornecerá a espingarda ou a vara de pesca, quem organizará a matilha de cães de caça, quem manterá os abrigos e canais, quem disporá do leite e dos bezerros e quem publicará a crítica literária, tais perguntas serão ignoradas como “irrelevantes” e questões a serem resolvidas por um futuro que não é da sua conta. Quanto à imensa quantidade de organização requerida por essas atividades de lazer da classe superior universal em uma condição na qual não existe lei, propriedade, nem, conseqüentemente, cadeia de comando, a questão é trivial demais para ser comentada. Ou melhor, é séria demais para ser considerada e, portanto, passa despercebida. Pois o menor senso crítico basta para reconhecer que o “comunismo integral” de Marx incorpora uma contradição: é um Estado no qual

todos os benefícios da ordem legal ainda estão presentes, embora não haja leis, e no qual todos os produtos da cooperação social ainda existem, mesmo que ninguém mais goze dos direitos de propriedade que, até então, forneceram o único motivo para produzi-los.

A natureza contraditória das utopias socialistas é uma explicação para a violência envolvida na tentativa de impô-las: é necessária uma força infinita para obrigar as pessoas a fazerem o impossível. E a memória das utopias pesou intensamente tanto sobre os pensadores da Nova Esquerda dos anos 1960 quanto sobre os liberais de esquerda americanos que adotaram sua agenda. Já não é possível se refugiar nas vaporosas especulações que satisfaziam Marx. Raciocínio real é necessário se quisermos acreditar que a história tende ou deveria tender na direção socialista. Donde a emergência dos historiadores socialistas, que sistematicamente minimizam as atrocidades cometidas em nome do socialismo e atribuem a culpa pelos desastres às forças “reacionárias” que impedem seu avanço. Em vez de tentar definir os objetivos da libertação e da igualdade, os pensadores da Nova Esquerda criaram uma narrativa mitopoética do mundo moderno na qual guerras e genocídios foram atribuídos àqueles que resistiram à justa “luta” pela justiça social. A história foi reescrita como conflito entre o bem e o mal, entre as forças da luz e as da escuridão. E, embora relativizada e embelezada por seus muitos e brilhantes expoentes, essa visão maniqueísta permanece conosco, preservada nos currículos escolares e na mídia.

A assimetria moral, que atribui à esquerda o monopólio da virtude moral e sempre usa “direita” como termo ofensivo, caminha lado a lado com uma assimetria lógica: a suposição de que o ônus da prova pertence ao outro lado. Esse ônus tampouco pode ser dispensado. Assim, nos anos 1970 e início dos anos 1980, quando as teorias de Marx eram recicladas como o verdadeiro relato dos sofrimentos da humanidade sob os regimes “capitalistas”, era raro encontrar qualquer menção, nos jornais de esquerda, às críticas

que seus textos haviam recebido no século anterior. Sua teoria da história foi questionada por Maitland, Weber e Sombart;² sua teoria do valor-trabalho, por Böhm-Bawerk, Mises e muitos outros;³ suas teorias sobre a falsa consciência, a alienação e a luta de classes, por uma ampla variedade de pensadores, de Mallock e Sombart a Popper, Hayek e Aron.⁴ Nem todos esses críticos podiam ser colocados à direita do espectro político ou haviam sido hostis à ideia de “justiça social”. Contudo, nenhum deles, até onde pude descobrir ao escrever este livro, recebeu algo além de escárnio como resposta da Nova Esquerda.

Isso dito, devemos reconhecer que os óculos marxistas já não estão sobre o nariz da esquerda. Por que foram removidos, e por quem, é difícil dizer. Mas, qualquer que tenha sido a causa, a política de esquerda descartou o paradigma revolucionário defendido pela Nova Esquerda em favor de rotinas burocráticas e da institucionalização da cultura do bem-estar social. Seus dois objetivos, libertação e justiça social, permanecem no lugar, mas são promovidos pela legislação e por comitês e comissões governamentais autorizados a extirpar as fontes de discriminação. A libertação e a justiça social foram burocratizadas. Ao olhar para os intelectuais de esquerda das décadas anteriores ao colapso da União Soviética, portanto, estou observando uma cultura que agora sobrevive amplamente em seus

² F. W. Maitland. *The Constitutional History of England*. Londres, 1908; W. Sombart. *Der Moderne Kapitalismus*. Berlim, 1902, 1916 e 1927; e *Socialism and the Social Movement*. Tradução de M. Epstein. Londres, 1909; Max Weber. *Economy and Society*. Tradução de E. Fischhoff *et al.* e edição de Guenther Roth e Claus Wittich, volume 1. Nova York, 1968 [Edição brasileira: *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 2012].

³ Eugen von Böhm-Bawerk. *Karl Marx and the Close of his System*. Clifton, NJ, 1949; Ludwig von Mises. *Socialism*. 2ª edição. New Haven, 1953.

⁴ W. H. Mallock. *A Critical Examination of Socialism*. Londres, 1909; W. Sombart, *op. cit.*; Karl Popper. *The Open Society and its Enemies*. 5ª edição. Londres, 1966; F. A. Hayek. *The Road to Serfdom*. Londres, 1945 [O caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010]; Raymond Aron. *Main Currents of Sociological Thought*, volume 1. Tradução de Richard Howard e Helen Weaver. Londres, 1968 [As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007].

redutos acadêmicos, alimentando-se da prosa cheia de jargões que acumulou nas bibliotecas universitárias nos dias em que as universidades faziam parte da “luta” anticapitalista.

Mas repare nessa palavra. Ela pertence a um vocabulário fechado, que entrou na linguagem com Marx e foi gradualmente simplificado e arregimentado nos anos em que os socialistas constituíam a elite intelectual. Desde seus primeiros dias, o movimento comunista lutou com a linguagem e apreciou as teorias marxistas parcialmente porque forneciam rótulos convenientes para marcar amigos e inimigos e dramatizar o conflito entre eles. E esse hábito se provou contagioso, de modo que todos os movimentos de esquerda subsequentes foram, em certa extensão, maculados por ele. De fato, a transformação da linguagem política tem sido o principal legado da esquerda, e um dos objetivos deste livro é resgatá-la da novilíngua socialista.

Devemos o termo “novilíngua” ao estarrecedor retrato de um fictício Estado totalitário pintado por George Orwell. Mas a captura da linguagem pela esquerda é muito mais antiga, começando com a Revolução Francesa e seus slogans. Ela assumiu as características que fascinaram Orwell com a Internacional Socialista e o ávido engajamento da *intelligentsia* russa. Aqueles que emergiram triunfantes da Segunda Internacional, em 1889, haviam sido agraciados com a visão de um mundo transformado. Essa revelação gnóstica era tão clara que nenhum argumento era necessário, e nenhum era possível, para fornecer a ela uma prova legitimadora. Tudo que importava era distinguir entre os que partilhavam a visão e os que dissentiam dela. E os mais perigosos eram aqueles que dissentiam por uma margem tão pequena que ameaçavam misturar suas energias com as deles, poluindo o fluxo puro de ação.

Desde o início, portanto, os rótulos foram necessários para estigmatizar os inimigos internos e justificar sua expansão: eles eram revisionistas, desviacionistas, esquerdistas infantis, socialistas utópicos, fascistas sociais e assim por diante. A divisão entre men-

cheviques e bolcheviques que se seguiu ao Segundo Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo em 1904 foi o epítome desse processo — e essas peculiares palavras fabricadas que cristalizavam mentiras, dado que os mencheviques (minoría) na verdade compunham a maioria, foram desde então entalhadas na linguagem política e nos motivos da elite comunista.

O sucesso desses rótulos na marginalização e condenação dos oponentes fortaleceu a convicção comunista de que era possível modificar a realidade modificando as palavras. Era possível criar uma cultura proletária apenas inventando a palavra *proletkult*. Era possível causar o fim da economia livre simplesmente gritando “crise do capitalismo” toda vez que o assunto surgisse. Era possível combinar o poder absoluto do Partido Comunista com o livre consentimento do povo ao anunciar o governo comunista como “centralismo democrático” e ao descrever os países onde era imposto como “democracias do povo”. A novilíngua rearranja a paisagem política, dividindo-a de maneiras pouco familiares e criando a impressão de que, como a descrição do corpo humano feita por um anatomista, ela revela a estrutura oculta na qual as unidades superficiais são afixadas. Dessa maneira, torna mais fácil tratar como ilusões as realidades com as quais convivemos.

A novilíngua ocorre sempre que o objetivo primário da linguagem — descrever a realidade — é substituído pelo objetivo rival de exercer poder sobre ela. O fundamental ato de fala é apenas superficialmente representado por essa gramática assertória. As sentenças da novilíngua soam como asserções, mas sua lógica subjacente é a do sortilégio. Elas conjuram o triunfo das palavras sobre as coisas, a futilidade do argumento racional e o perigo da resistência. Como resultado, a novilíngua desenvolveu sua própria e especial sintaxe, que — embora proximamente relacionada à sintaxe empregada nas descrições comuns — evita cuidadosamente qualquer encontro com a realidade ou exposição à lógica do argumento racional. Françaíse

Thom defendeu essa tese em seu brilhante estudo *La langue de bois*.⁵ O objetivo da novilíngua comunista, em suas irônicas palavras, tem sido o de “proteger a ideologia dos maliciosos ataques das coisas reais”.

Os indivíduos humanos são as mais importantes dessas coisas reais, os obstáculos que todos os sistemas revolucionários devem superar e todas as ideologias devem destruir. Sua ligação a particularidades e contingências; sua constrangedora tendência de rejeitar o que foi planejado para seu aprimoramento; sua liberdade de escolha e os direitos e deveres pelos quais a exercem — todos esses são obstáculos para os revolucionários conscienciosos que lutam para implementar seus planos de cinco anos. Daí decorre a necessidade de enunciar a escolha política de maneira que os indivíduos não tomem parte dela. A novilíngua prefere falar de forças, de classes e da marcha da história e vê as ações dos Grandes Homens como assuntos aceitáveis somente porque os Grandes Homens, como Napoleão, Lenin e Hitler, são na verdade expressões de forças abstratas, como imperialismo, socialismo revolucionário e fascismo.⁶ Os “ismos” que governam a mudança política trabalham *através* das pessoas, mas não *a partir* delas.

Conectada ao incessante uso de abstrações está a característica que Thom descreve como “pandinamismo”. O mundo da novilíngua é um mundo de forças abstratas no qual os indivíduos são meramente corporificações locais dos “ismos” que se revelam neles. Daí ser um mundo sem ação. Mas não sem movimento. Ao contrário, tudo está em constante fluxo, levado adiante pelas forças do progresso ou impedido pelas forças da reação. Não há equilíbrio, estase ou repouso no mundo da novilíngua. Toda imobilidade é uma trapaça, a quietude de um vulcão que pode entrar em erupção a qualquer

⁵ Françoise Thom. *La langue de bois*. Paris, 1984. Tradução de C. Janson. *Newspeak*. Londres, 1985.

⁶ Ver a famosa carta de Engels a Borgius. Tradução de Sidney Hook. *New International*, v.1, n.3 (setembro-outubro de 1934), p. 81-5.

momento. A paz jamais surge como condição para o repouso e a normalidade. É sempre algo pelo que “lutar”, e “Combate pela paz!” e “Luta pela paz!” assumiram seu lugar entre os slogans oficiais do Partido Comunista.

Da mesma fonte, vem a propensão pelas mudanças “irreversíveis”. Dado que tudo está em fluxo e a “luta” entre as forças do progresso e da reação ocorre sempre e em toda parte, é importante que o triunfo da ideologia sobre a realidade seja constantemente registrado e endossado. Daí resulta que as forças progressistas sempre alcançam “mudanças irreversíveis”, ao passo que as reacionárias são pegas no contrapé por suas contraditórias e meramente “nostálgicas” tentativas de defender uma ordem social condenada.

Muitas palavras de origem respeitável terminam como novilíngua, usadas para denunciar, exortar e condenar, sem respeito pelas realidades observáveis. Com nenhuma palavra isso foi mais verdadeiro que com o termo “capitalismo”, quando usado para condenar as economias livres como forças de escravização e exploração. Podemos discordar do argumento central exposto por Marx em *O capital* e, ao mesmo tempo, aceitar que há algo como um capital econômico. E podemos descrever uma economia na qual substancial capital está nas mãos de indivíduos privados como capitalista, dando ao termo o sentido de uma descrição neutra que pode ou não, no devido tempo, ser parte de uma teoria explicativa. Mas não é assim que o termo é usado em frases como “crise do capitalismo”, “exploração capitalista”, “ideologia capitalista” e assim por diante, nas quais funciona, novamente, como sortilégio — o equivalente, na teoria econômica, ao grande grito de Kruchev na tribuna das Nações Unidas: “Vamos enterrar vocês!” Ao descrever as economias livres com esse termo, lançamos um feitiço que as extingue. A realidade da livre economia desaparece atrás da descrição e é substituída por um estranho edifício barroco, constantemente desabando em uma sequência onírica de ruínas.